

O desemprego no Brasil, na perspectiva da marginalidade social*

*Pedro Henrique Evangelista Duarte***

Professor Adjunto do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, Doutor em Desenvolvimento Econômico com ênfase em Economia Social e do Trabalho pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas e Pesquisador do International Center for Development and Decent Work

Resumo

A partir das categorias elaboradas pela teoria da marginalidade, o artigo busca analisar o desemprego no Brasil, a partir de três critérios — desemprego aberto, desemprego oculto pelo trabalho precário e desemprego oculto pelo desalento —, com o objetivo de apontar os limites metodológicos em sua definição, partindo da hipótese de que uma fração importante de trabalhadores, por estarem vinculados a situações de trabalho fragilizadas e insustentáveis, poderia ser considerada desempregada, tal como o é o conjunto de trabalhadores mensurados pelo conceito de desemprego oculto. Para realizar essa discussão, utilizar-se-á o banco de dados do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), que tem como referência a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

Palavras-chave

Teoria da marginalidade; marginalidade social; desemprego aberto; desemprego oculto

* Artigo recebido em fev. 2016 e aceito para publicação em maio 2017.



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Open Acces (Acesso Aberto)

Revisor de Língua Portuguesa: Breno Camargo Serafini

** E-mail: pheduarte@ufu.br

Abstract

Considering the categories formulated in the marginality theory, the main aim of this paper is to analyze unemployment in Brazil based on three criteria — open unemployment, hidden unemployment by precarious work and hidden unemployment by dismay — to point out the methodological limits in its definitions. The hypothesis is that a relevant number of workers, for working in very instable and fragile situations, could be considered unemployed along with the workers categorized according to the concept of hidden unemployment. To generate this discussion, the author analyzes data from the Inter-Union Department of Statistics and Socioeconomic Studies (DIEESE), which uses data from the Employment and Unemployment Survey (PED).

Keywords

Marginality theory; social marginality; open unemployment; hidden unemployment

Classificação JEL: E24, J21, J23, J30

Introdução

Na Economia Política, o debate sobre a formação do excedente de mão de obra ganhou forma a partir da elaboração das categorias superpopulação relativa e exército industrial de reserva, formuladas por Karl Marx, para explicar os desdobramentos do desenvolvimento do capitalismo industrial sobre as relações de trabalho. Na América Latina, tal discussão foi absorvida e desenvolvida pela chamada teoria da marginalidade, cujo foco central era compreender a formação da superpopulação relativa em economias periféricas e dependentes, a partir das especificidades e particularidades que caracterizavam essas economias no plano das relações produtivas e sociais. De modo geral, a teoria da marginalidade analisa as formas de integração do conjunto da população no sistema produtivo e, em consequência, na estrutura social. Em outras palavras, busca, de um lado, compreender os fatores que condicionam a não absorção de parte da mão de obra disponível em economias caracterizadas pela heterogeneidade estrutu-

ral nos setores produtivos tipicamente capitalistas e, de outro, como essa fração da população se articula, produtiva e socialmente, para garantir suas condições de reprodução. Nesse sentido, a teoria da marginalidade trata da formação da superpopulação relativa em economias capitalistas periféricas, e de como essa superpopulação ganha contornos específicos, seguindo as especificidades da forma de organização da produção dessas economias.

Partindo dos aspectos teóricos propostos pela teoria da marginalidade, o presente artigo pretende discutir os elementos referentes à mensuração do desemprego no Brasil, colocando em confronto três medidas de desemprego: o aberto, o oculto pelo trabalho precário e o oculto pelo desalento. Levando em conta que a taxa de desemprego oficial no Brasil se circunscreve apenas àqueles delimitados no desemprego aberto, pretende-se abordar uma noção mais ampla, que considera também o desemprego oculto, ou seja, exatamente aquela que agrega o conjunto de trabalhadores vinculados à situação de trabalho permanentemente precárias ou que, dado seu nível de precariedade, já não fazem mais parte da população economicamente ativa — podendo, por isso, serem enquadrados dentro dos critérios estabelecidos pela marginalidade social. A hipótese que norteia a presente proposta é que uma fração importante de trabalhadores, por estarem vinculados a situações de trabalho extremamente fragilizadas e instáveis, poderia ser considerada formas específicas de desempregados, tal como o é o conjunto de trabalhadores mensurados pelo conceito de desemprego oculto. Assim, pretende-se lançar uma discussão a respeito da compreensão limitada que se tem do desemprego no Brasil, chamando atenção para as condições social e economicamente precárias de parte fundamental de sua classe trabalhadora.

Para realizar essa discussão, utilizar-se-á o banco de dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), que tem como parâmetro a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Além dos dados referentes aos conceitos de desemprego já expostos, analisar-se-á também a evolução do número de ocupados, a posição na ocupação e as taxas de participação e ocupação, com o intuito de compreender a relação entre a evolução desses tipos específicos de desemprego e a dinâmica do mercado de trabalho no Brasil. O período de análise delimitado será entre os anos de 2004 e 2014, por se considerar a importância do conjunto de transformações que ocorreram na economia brasileira, desde os anos 2000, em especial a partir do primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva, quando as questões relativas à expansão do emprego formal e à recuperação dos salários reais voltaram a ter certo protagonismo no conjunto das políticas econômica e social.

1 A teoria da marginalidade

Elaborada a partir da interpretação acerca do desenvolvimento capitalista periférico, formulada pela teoria marxista da dependência¹, a teoria da marginalidade, de modo geral, busca analisar as formas de integração do conjunto da população no sistema produtivo e, em consequência, na estrutura social. Em outras palavras, busca, de um lado, compreender os fatores que condicionam a não absorção de parte da mão de obra disponível em economias caracterizadas pela heterogeneidade estrutural, nos setores produtivos tipicamente capitalistas, e, de outro, como essa fração da população se articula, produtiva e socialmente, para garantir suas condições de reprodução. É, então, a partir da teoria da marginalidade, que se empreende um esforço teórico, no sentido de tentar compreender a formação da superpopulação relativa em economias capitalistas periféricas e dependentes, em que o desenvolvimento industrial, dada a sua incompletude e a convivência com setores de baixa composição orgânica do capital e de baixa produtividade, limita a capacidade de integração da massa trabalhadora aos setores dinâmicos, de modo que esta, para garantir sua condição de reprodução, se vincula a formas de trabalho marginais — caracterizados especialmente pelas elevadas intensidade e jornada do trabalho, pela instabilidade e pelos baixos níveis de remuneração —, que orbitam e se submetem à dinâmica própria dos setores hegemônicos da economia. Assim, ainda que seja demarcada a existência da superpopulação relativa enquanto tendência geral do modo de produção capitalista, a teoria da marginalidade ressalta a especificidade do capitalismo dependente, pontuando que a população excedente não apenas é resultado da ampliação da composição orgânica do capital, mas também é um resultado dos próprios limites do desenvolvimento periférico.

Nesse sentido, a noção de marginalidade social refere-se a uma situação social caracterizada por problemas de integração no resto da estrutura geral da sociedade, ou de um modo não completo de integração, mais do que por uma ausência de integração. Dessa forma, fundamenta-se num modo particular de pertencimento e participação na estrutura geral da sociedade, seja a respeito de certas áreas dentro de suas estruturas dominantes básicas, seja a respeito do conjunto destas, no todo ou em parte de seus setores institucionais (QUIJANO, 1978, p. 43).

No debate acerca da marginalidade social, ganhou especial destaque a tese desenvolvida por José Nun, cujo ponto de partida foi a análise desen-

¹ Para uma análise da interpretação referente à teoria marxista da dependência, bem como sua convergência à tese da marginalidade social, ver Duarte (2015).

volvida por Karl Marx (2011) nos Grundrisse. De acordo com esse estudo, trabalhadores e meios de produção são fatores fundamentais de todas as formas sociais de produção, e a forma pela qual se combinam é que distingue as diferentes épocas econômicas e as estruturas sociais. É a forma específica dessa combinação que estabelece, em cada caso, o tamanho da população que se considera adequada aos esquemas vigentes de produção, de modo que seus limites dependem da elasticidade da forma determinada dessa produção, e variam de acordo com suas condições. A parte da população que excede esses limites permanece como fator virtual, uma vez não conseguindo se vincular aos meios de sua reprodução; esta seria a parte da população denominada “superpopulação”. Assim, uma vez tendo em comum a base que as determina, os limites da superpopulação seriam delimitados pela população adequada, sendo o excedente da população sempre relativo ao modo vigente de sua produção.

O olhar minucioso a respeito da constituição da superpopulação relativa assenta-se na necessidade de sua diferenciação, para o autor, da noção de exército industrial de reserva. Enquanto o primeiro é resultado dos processos específicos do modo de produção capitalista, o segundo faz referência aos efeitos que o primeiro provoca no sistema — em outras palavras, o conceito de exército industrial de reserva corresponde ao exame dos efeitos e das relações da superpopulação relativa com a estrutura global.

Posto em termos mais simples: nesta forma produtiva, nem toda superpopulação constitui necessariamente um exército industrial de reserva, categoria esta que implica uma relação funcional desse excedente com o sistema em seu conjunto (NUN, 1978, p. 82).

O ponto central da análise do autor centra-se na fase monopolista do capitalismo — momento no qual os países latino-americanos iniciam seus respectivos processos de industrialização —, quando o aumento da apropriação do excedente pelas grandes empresas via inovação tecnológica e retornos de escala, associado à difusão restringida de tecnologias, ao avanço da mecanização e da demanda por trabalho qualificado e ao estancamento da demanda industrial de trabalho, resultou na criação de uma barreira permanente entre os desempregados e os ocupados, de modo que a massa dos não qualificados não apenas se tornou estancada, mas perdeu sua função social, tornando-se um aglomerado de pessoas “socialmente inúteis”. Como consequência, essa população excedente perderia sua função tanto direta, de promoção da demanda por trabalho nos momentos de expansão do capitalismo — dado que o aumento da composição orgânica do capital faz com que uma quantidade relativamente menor de trabalhadores seja necessária para uma quantidade crescente de capital — quanto indireta, de pressões sobre o nível dos salários e sobre a intensidade do

trabalho —, uma vez que o aumento da produtividade permitiria um aumento da exploração do trabalho, com melhorias relativas na remuneração.

É desse conjunto da população, que perderia sua função social no esquema produtivo, que surgiria o que o autor chama de massa marginal, ou seja, a parte afuncional ou disfuncional da superpopulação relativa, conceito que se situa no nível das relações que se estabelecem entre a superpopulação relativa e o setor produtivo hegemônico. Tal relação implicaria uma dupla referência ao sistema, que, por um lado, gera esse excedente e, por outro, não necessita dele para seu funcionamento. De modo geral, na fase monopolista, a superpopulação relativa estaria, então, dividida entre um conjunto de trabalhadores desocupados que mantém as funcionalidades típicas da fase competitiva — o exército industrial de reserva — e uma massa de trabalhadores que perde sua função nessa nova fase — a massa marginal. Assumindo que, na fase monopolista, o aumento da racionalidade das empresas se converte numa permanente redução da racionalidade do sistema, em que a fixação do preço das mercadorias segue mais o critério da máxima extração de benefícios do que os custos de produção, uma parte cada vez maior da superpopulação relativa tende a se tornar massa marginal, cuja ausência de funcionalidade não é um aspecto requerido pelos agentes econômicos, mas, sim, um efeito da contradição fundamental entre as relações de produção predominantes e o nível de desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas.

Levando em conta as especificidades do desenvolvimento capitalista latino-americano, dois fatores teriam condicionado o surgimento da massa marginal. Em primeiro lugar, as descontinuidades do processo de acumulação primitiva de capital. A não ocorrência de uma revolução agrária na América Latina, que demarcasse as bases da transição dos regimes de acumulação, e a inserção dependente dos países no comércio internacional, com o não direcionamento do excedente interno para a consecução de um processo industrial, resultaram em restrições no processo de formação de um trabalhador livre, de forma que se perpetuaram, historicamente, formas e mecanismos pré-capitalistas de exploração da mão de obra, com os quais se conecta, de forma proveitosa, o setor hegemônico da economia. Em segundo lugar, a industrialização feita a partir do processo de substituição de importações e sem considerar as características específicas das relações sociais de produção, dentre elas as relações de trabalho, levou à efetivação de um plano de industrialização montado com tecnologias poupadoras de mão de obra, criando um mercado de fatores particularmente imperfeito.

Considerando as diversas formas de manifestação da marginalidade e compreendendo que seu único componente não é a desocupação, mas

também um conjunto de atividades instáveis e vulneráveis, cabe destacar que, a despeito do critério de sua definição ser a predominância do modo de produção capitalista em sua fase monopolista, essa não é a única forma de organização da produção existente na economia periférica, dada a sua convivência com um contingente mais ou menos amplo de pequenas e médias empresas que operam em termos similares aos de uma economia competitiva. A convivência dessas formas distintas de organização da produção e de processos de acumulação resulta em uma diferenciação crescente no mercado de trabalho, a respeito das quais variam a funcionalidade do excedente da população. O que se percebe, então, é a interconexão desses dois setores, de modo que há um certo “deslocamento” da mão de obra entre os mesmos, sempre limitado por determinados fatores, em especial os ditados pela qualificação da mão de obra. Nesse sentido, o fato de se pontuar como mão de obra marginal para o setor monopolístico, não encontrando formas de absorção neste, não impede que a força de trabalho se vincule a outros setores, sejam aqueles caracterizados pelos elementos do setor competitivo, sejam os setores marcados pela elevada instabilidade. Assim, pode-se concluir que o fundamento da análise não se assenta, exclusivamente, no critério da funcionalidade, ou não, do excedente, especialmente quando este se encontra vinculado, ou ainda subordinado, ao movimento mais geral do capital.

Tal como na tese formulada por José Nun, Aníbal Quijano (1978, 2000) parte da noção de que o capitalismo periférico é caracterizado por determinadas particularidades, de modo que a formação socioeconômica latino-americana é demarcada por uma permanente combinação de relações de produção capitalistas e pré-capitalistas. Na produção capitalista, a introdução de novos setores produtivos nunca seria resultado do desenvolvimento orgânico dos setores precedentes, a partir das necessidades e características dessas economias, mas, sim, de formações dominantes do sistema global, de modo que sua incorporação, feita sempre de forma fragmentada, seria fruto das decisões dos agentes econômicos que dominam o sistema, bem como o resultado de processos que ocorrem no interior das formações sociais dominantes. Assim, a transição de etapas no processo de expansão do capitalismo na América Latina teria um caráter abrupto, que não apenas impediria sua generalização para o conjunto da estrutura produtiva, mas excluiria a possibilidade de eliminação das estruturas anteriores, conformando um novo nível dentro de cada setor da estrutura produtiva².

² A noção de dependência proposta pelo autor vai além daquela delimitada pelo escopo teórico da teoria marxista da dependência, ou seja, reflete não apenas a relação de subordinação entre países centrais e periféricos, mas também a articulação entre estruturas econômico-sociais de distintos níveis de desenvolvimento dentro um sistema econômico. Ao

Duas seriam as transformações ocorridas na estrutura econômica latino-americana responsáveis pela convivência permanente de setores com distintos níveis de desenvolvimento. Em primeiro lugar, a generalização da produção industrial de bens e serviços como setor hegemônico; em segundo lugar, a emergência do monopólio como modalidade da organização da atividade econômica. Como essas transformações ocorrem não como parte do processo de expansão e modificação dos setores antes dominantes, mas, sim, pela incorporação de processos ocorridos nos países centrais, impede-se uma generalização para o conjunto dos setores produtivos da economia, determinando a existência de heterogeneidade estrutural. De modo que, se há uma tendência de homogeneização histórica da estrutura global das relações de produção nos países centrais, com a eliminação dos elementos pré-capitalistas que se mantêm nas estruturas econômicas e sociais, o mesmo não se replica para a economia latino-americana.

Em síntese, a tendência é que, em cada um dos setores básicos da atividade econômica, ocorra uma expansão, e, em certa medida, uma diferenciação, de um nível de atividades e de mecanismos de organização econômica, que vão perdendo, gradualmente, toda a capacidade de acesso estável aos meios básicos de produção e aos mercados de rendimentos significativos para as possibilidades de incremento da acumulação de capital. A produção artesanal, o pequeno comércio de bens e serviços e as atividades agropecuárias de baixo nível de produtividade não apenas não desaparecem, mas tendem a se expandir, configurando um nível de atividade econômica. Esse “nível deprimido” da economia contém um conjunto característico de formas de organização do trabalho e, portanto, de ocupações, que empregam recursos residuais de produção, se estruturam de modo instável e precário e geram lucros reduzidos, que servem a um mercado formado pela própria população incorporada a esse nível de atividade. Esse seria o conjunto de atividades componentes do chamado pólo marginal.

Essa configuração das formas produtivas, por sua vez, impõe modificações na quantidade e na qualidade requerida de mão de obra na economia. Do ponto de vista da utilização dos recursos produtivos, tem-se a prevalência na utilização de novas tecnologias, provenientes da revolução científico-tecnológica nos setores monopolistas. Do ponto de vista dos interesses sociais que controlam os recursos produtivos, há a concentração da acumulação de capital nas mãos dos grupos cuja ação se vincula aos interesses dos grupos hegemônicos dos países centrais, e que impedem a livre utilização de tecnologias e recursos em favor dos interesses econômicos e

propor essa noção, Quijano busca, na articulação dos elementos internos, os fatores característicos da situação dependente.

sociais da sociedade dependente. O resultado da combinação desses dois fatores é a concentração da tecnologia apenas nos estratos mais altos da economia, a concentração de seus produtos nas mãos de reduzidos grupos dominantes, o incremento e a concentração da acumulação de capital nas mãos de poucas empresas monopolistas e a transferência da maior parte do excedente aos centros metropolitanos do sistema.

Do ponto de vista das relações de trabalho, as implicações seriam de duas ordens. Em primeiro lugar, reduziria o volume relativo de força de trabalho requerida para os níveis produtivos da tecnologia dominante, fator que acarretaria, juntamente com o incremento da produtividade, um aumento da taxa de exploração do trabalho. Em segundo lugar, dada a modificação dos requerimentos qualitativos da força de trabalho, haveria uma modificação no mercado de trabalho para tais níveis produtivos, que se tornaria reduzido, rígido, excludente e concentrado em poucos centros urbanos da sociedade. Por fim, como não haveria difusão da tecnologia e dos ganhos de produtividade para o conjunto da economia, seria gerada uma concentração de recursos nos setores monopolísticos, bem com uma redução na possibilidade de absorção de mão de obra. Como a imposição de determinadas necessidades qualitativas da força de trabalho não tem aderência às experiências prévias da maior parte da população, ao mesmo tempo em que ocorre simultaneamente ao crescimento da população em seu conjunto, é engendrada uma nova estrutura do mercado de trabalho.

Nessas condições, a mão de obra que é deslocada das atividades tanto rurais quanto urbanas se vê imersa numa problemática cuja tendência é se intensificar: de um lado, pela permanente expulsão de trabalhadores dos setores primários, seja pelo esgotamento de seus recursos produtivos, seja pela dominação de seus esquemas produtivos pelos setores dominantes, cuja lógica é a implantação de métodos produtivos intensivos em capital; de outro lado, pela consolidação de um setor produtivo urbano que limita suas exigências quantitativas e qualitativas de mão de obra, reduzindo, portanto, sua capacidade de absorção. Assim, forma-se um mercado de trabalho em cuja estrutura os setores de mais elevado nível de desenvolvimento têm um caráter excludente de mão de obra, e seus níveis intermediários não têm estabilidade e capacidade de expansão necessária para absorver, de modo estável, a mão de obra disponível. Produz-se, então, um setor crescente de mão de obra que, em relação aos setores de atividade hegemônicos, organizados pela grande empresa monopolista, é *sobrante*; e, em relação aos setores intermediários, organizados a partir da lógica competitiva, é *flutuante*, uma vez podendo estar, intermitentemente, ocupada, desocupada ou subocupada, seguindo as contingências que afetam esse nível de atividade

econômica. Essa mão de obra que ora assume o caráter de sobranter, ora de flutuante, é o que o autor qualifica como mão de obra marginalizada.

Em resumo, as teses de Nun e Quijano apontam a consolidação de aspectos da estrutura econômica das regiões periféricas, que, pela absorção de esquemas produtivos elaborados fora de sua realidade social, e por terem sido adotados de maneira abrupta, impediram a plena difusão de tecnologias para o conjunto do sistema produtivo. Esse aspecto acarretou, de um lado, a convivência de setores produtivos com diferentes graus de desenvolvimento das forças produtivas, de outro, um permanente entrave à absorção da mão de obra. Frente às dificuldades de adequação ao setor monopolístico, tal mão de obra acabou por se vincular aos setores e/ou às atividades fora dos setores dinâmicos e, portanto, caracterizadas pela precariedade e por formas instáveis de remuneração. Tais são as condições que dão origem à marginalidade social, condição que exclui fração substancial da população não apenas do acesso a condições minimamente decentes de trabalho, mas também provoca um processo de exclusão, completo e permanente, de sua sociabilidade.

2 O desemprego no Brasil

2.1 Aspectos metodológicos³

O objetivo central do presente estudo é realizar uma análise do desemprego no Brasil à luz da teoria da marginalidade, considerando que ela busca compreender a situação dos indivíduos que se encontram vinculados a atividades fora das tipicamente capitalistas e/ou em atividades cujo nível de instabilidade e precariedade é extremamente elevado. Para tanto, serão utilizados os dados referentes ao Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), sendo a agregação dos dados realizada pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

A Pesquisa de Emprego e Desemprego é um levantamento domiciliar contínuo, realizado, mensalmente, desde 1984, na Região Metropolitana de São Paulo. Em parceria com órgãos públicos federais, a Pesquisa foi estendida a outras regiões, sendo, atualmente, realizada no Distrito Federal e nas Regiões de Metropolitanas de Porto Alegre, Recife, Salvador, Belo Horizon-

³ Todas as informações referentes à metodologia do sistema PED foram retiradas do item emprego e desemprego do sítio virtual do DIEESE, no qual são apresentados, com detalhes, tanto os motivos da elaboração dessa pesquisa, como a definição das mais diversas variáveis. Para uma pesquisa mais detalhada sobre essa metodologia, consultar o *link* <<http://www.dieese.org.br/analiseped/ped.html>>.

te e, mais recentemente, Fortaleza. A elaboração da pesquisa da PED pretende dar expressão a comportamentos típicos de um mercado de trabalho pouco estruturado, com grande disponibilidade de mão de obra e dinamizado por uma estrutura produtiva marcada por grandes diferenças entre as empresas, dentre as quais: i) o fato de apenas metade dos trabalhadores ser contratada dentro da regra vigente, ao passo que a grande maioria está submetida a alta rotatividade, baixos salários e jornadas extensas; ii) o assalariamento sem carteira de trabalho assinada e o trabalho autônomo constituírem parte expressiva do conjunto dos ocupados, cuja precariedade de inserção decorre da falta de acesso ao contrato de trabalho padrão, da descontinuidade da relação de trabalho e da instabilidade de rendimentos; iii) o fato de mecanismos de proteção aos desempregados serem muito limitados, em termos de duração e valor do benefício recebido; e iv) os parâmetros que orientam os contratos de trabalho serem definidos em função do trabalhador individual, inexistindo regras que, referidas ao contrato coletivo, permitam, aos sindicatos, negociar contratação e demissão de mão de obra. Como consequência dessas características, a dinâmica desse mercado de trabalho não é suficientemente captada, se adotadas as noções usuais de emprego (exercício de qualquer atividade por, no mínimo, uma hora, na semana de entrevista) e desemprego (ausência de trabalho combinada à procura e disponibilidade para trabalhar), de modo que a dicotomia emprego/desemprego aberto é insuficiente para descrevê-lo. Assim, frente às limitações impostas à análise sobre o mercado de trabalho brasileiro pelo uso dos conceitos mais tradicionais, a metodologia proposta pela PED passa pela construção de indicadores mais adequados à situação nacional.

Um dos principais problemas na utilização dos dados da PED diz respeito à restrição de suas informações, uma vez que se refere a seis regiões metropolitanas, mais o Distrito Federal. Essa limitação impede qualquer tipo de comparação com os dados oficiais de desemprego, calculados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua). Apesar desse aparente problema, optou-se pela utilização dessas informações, por duas razões. Em primeiro lugar, pelo fato de a metodologia da PED ter sido elaborada com o intuito de fornecer uma mensuração das informações relativas a emprego e desemprego mais próximas de situações de emprego precário, elementos que convergem para o tipo de análise teórica empreendida pela teoria da marginalidade. Assim, esses dados, em certo sentido, conseguiriam expressar as formas de trabalho instável e precário, às quais estaria vinculada parte da população trabalhadora não absorvida nos setores dinâmicos ou estruturados da economia. Em segundo lugar, porque tal metodologia propõe uma análise de desemprego aberto muito próxima à estatística oficial, o que permitiria, ainda que de maneira indireta, uma com-

paração com os dados oficiais de emprego e desemprego. Nesse sentido, a utilização dos dados da PED, mesmo que limitada pela extensão da Pesquisa, fornece informações relevantes sobre um conjunto de trabalhadores, que, estando fora das estatísticas oficiais, é por vezes ignorado e desprezado nos debates sobre as condições de trabalho, sobre os problemas do desemprego e sobre as políticas públicas voltadas a essa matéria.

A seguir, listam-se os conceitos das variáveis que serão analisadas neste trabalho, com o intuito de avaliar o desemprego no Brasil:

- i) População em Idade Ativa (PIA): corresponde à parcela da população com idade mínima para o trabalho, estipulada em 14 anos de idade. A PIA incorpora também as crianças de 10 a 14 anos, segmento com idade inferior à legalmente estipulada como mínima para o trabalho no Brasil. Embora com pouco efeito quantitativo sobre os indicadores globais, a inclusão desse segmento decorre da consideração de que a presença dessa parcela populacional no mercado de trabalho é resultado da própria realidade social do País.
- ii) População Economicamente Ativa (PEA): corresponde à parcela da População em Idade Ativa que está ocupada ou desempregada.
 - a. Desempregados: são os indivíduos que se encontram numa situação involuntária de não trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem trabalhos irregulares, com desejo de mudança. Esse grupo é desagregado em três tipos de desemprego: (a) Aberto: pessoas que procuraram trabalho, de maneira efetiva, nos 30 dias anteriores ao da entrevista e que não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias; (b) Oculto pelo trabalho precário: pessoas que realizam trabalhos precários — algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação — ou pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado trabalho nesse período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás; e (c) Oculto pelo desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas que apresentaram efetiva procura de trabalho nos últimos 12 meses.
- iii) Ocupados: corresponde à parcela da população que, nos sete dias anteriores ao da entrevista, possuem trabalho remunerado exercido regularmente, com ou sem procura de trabalho; ou que, nesse período, possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não tenham procurado trabalho diferente do atual; ou

possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie e/ou benefício, sem procura de trabalho. Excluem-se as pessoas que, nos últimos sete dias, realizaram algum trabalho de forma excepcional.

- iv) Taxa de desemprego: indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego total (somatório do aberto e do oculto). A taxa de desemprego específica de determinado segmento populacional (homens, chefes de família, etc.) é a proporção da PEA desse segmento que se encontra em situação de desemprego, a qual é mesurada pela equação:

$$\text{Taxa de Desemprego} = \frac{\text{Nº de Desempregados}}{\text{PEA}} \times 100$$

- v) Taxa de participação: indica a proporção da PIA incorporada ao mercado de trabalho como ocupada ou desempregada. A taxa de participação específica de determinado segmento populacional (homens, chefes de família, etc.) é a proporção da PIA desse segmento incorporada ao mercado de trabalho como ocupada ou desempregada, e é mesurada pela equação:

$$\text{Taxa de Participação} = \frac{\text{PEA}}{\text{PIA}} \times 100$$

A partir dos critérios metodológicos descritos, passa-se à análise das informações referentes ao mercado de trabalho no Brasil. A análise será feita para o período 2004-14, com o intuito de observar os efeitos e a dinâmica sobre o mercado de trabalho, a partir do governo do Partido dos Trabalhadores, iniciado, em 2003, com o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva.

2.2 Política econômica e mercado de trabalho na primeira década dos anos 2000

Durante a década de 90 do século passado, foi implementado, no Brasil, o conjunto de políticas enquadradas dentro do ideário neoliberal. Tendo na flexibilização e na desregulamentação das relações de trabalho um de seus principais pilares, foi inevitável uma série de impactos negativos sobre o mundo do trabalho. Dessa forma, a implementação das políticas neoliberais, associadas à consecução de uma série de políticas de ajuste fiscal, impôs um conjunto de transformações na estrutura produtiva, que, inevitavelmente, modificaram o quadro das condições de trabalho brasileiro. Se, de

um lado, a reestruturação produtiva permitiu a modernização da produção e a ampliação da produtividade do trabalho, por outro, houve destruição de postos de trabalho, movimento que, em um contexto de crescimento da população economicamente ativa, criou novas pressões sobre os trabalhadores, levando à expansão desenfreada das formas de trabalho precário. Por sua vez, o salário mínimo evoluiu de maneira modesta, não sofrendo grandes valorizações, do que se pode inferir que não houve ganhos consideráveis em termos de rendimentos do trabalho, mesmo com a queda substantiva da inflação e com a recuperação do poder de compra dos salários. Assim sendo, a década de 90 não foi favorável à melhoria das condições da classe trabalhadora, apesar da reversão relativa do grau de instabilidade e da crise da década anterior.

O final dos anos 90 foi um período de crise para a economia brasileira. O baixo nível do crescimento econômico e a elevação da inflação expressavam a fragilidade do conjunto de políticas implementadas desde o início da década, e que tinham como objetivo central o ajuste estrutural da economia. A crise financeira em outras regiões periféricas modificou a rota dos fluxos de capitais financeiros, que deixaram de se destinar para essas regiões, buscando formas mais seguras de valorização. O Brasil, enquanto região periférica centrada em uma política econômica totalmente dependente da entrada massiva desses recursos, encontrava-se numa encruzilhada, em que a única solução seria a modificação dos rumos da política econômica. O primeiro impacto desse movimento foi a adoção do câmbio flutuante, pondo fim ao período de câmbio semifixo que perdurou durante toda a década, o qual foi seguido por um conjunto de transformações na condução da política macroeconômica, dentre os quais se destaca a adoção do regime de metas de inflação e a manutenção do superávit primário e da política de taxa de juros elevada, como forma de manter a atração de capitais.

Ainda que o cerne principal do conjunto de políticas macroeconômicas tenha se mantido durante o Governo Lula, algumas importantes modificações iriam se operar a partir de então, em especial no que diz respeito às políticas de cunho social. Já em 2004, iniciou-se um novo ciclo de expansão dos fluxos financeiros internacionais, que, fosse sobre a forma de investimentos diretos, fosse sobre aplicações financeiras ou ainda de empréstimos externos, permitiu a compensação do declínio do saldo em conta corrente e a acumulação de reservas internacionais, processos que conduziram à valorização do real. Na esteira da valorização da moeda, os índices de inflação começaram a sofrer queda, e o crescimento do PIB acelerou-se, com impactos positivos para o consumo e para o investimento. Esse crescimento foi, em grande medida, favorecido pelo aumento dos rendimentos das famílias, os quais foram amplamente beneficiados pela ex-

pansão do crédito ao consumo⁴. Assim, a conjugação de crescimento do PIB, redução da inflação, ampliação das reservas internacionais e redução do estoque da dívida pública criou um ambiente favorável à ampliação dos investimentos e à continuidade de expectativas favoráveis em relação ao avanço da economia brasileira. É dentro desse quadro que o Brasil passou a apresentar uma taxa de crescimento do PIB de 6,5% ao ano, como resposta ao aumento do investimento na ampliação da capacidade produtiva e dos investimentos do Estado em infraestrutura. Apesar do clima econômico mais favorável, a indústria brasileira ainda enfrentava dificuldades de recuperar o seu nível de crescimento: o produto industrial manteve o seu lento crescimento, o que resultou na redução de sua participação no PIB, que, desde a década de 80, passou de 34% para 16%, ao passo que a taxa de investimento, mesmo tendo se elevado desde o início do Governo Lula, também apresentou patamares baixos, com a Formação Bruta de Capital Fixo oscilando entre 14% e 18% do PIB.

De acordo com Baltar *et al.* (2010), a partir de 2007, quando se inicia o segundo mandato do Presidente Lula, o Governo assume uma posição diferente em relação ao crescimento econômico, mesmo mantendo o padrão da política macroeconômica. Um dos sinais da mudança na postura do Governo foi a recusa de aprofundar o ajuste fiscal para promover a ampliação do superávit nominal, num momento de crescimento do PIB e da arrecadação tributária. Ao contrário disso, o Governo optou por lançar o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), voltado à reestruturação do quadro de pessoal e do nível dos salários dos funcionários públicos, à manutenção do ritmo de crescimento do salário mínimo legal, à elevação das despesas da seguridade social e, principalmente, à recuperação do investimento público. Outro sinal da mudança da postura do Governo foi a capitalização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a intensificação de sua atuação na formação de grupos empresariais nacionais e no apoio ao investimento das empresas estatais.

Essas condições sofreram modificações a partir de 2010, quando as políticas anticíclicas adotadas para se sobrepôr à crise de 2008 começaram a apresentar seus limites, e o Governo passou a optar por uma política de gradual ajuste, do ponto de vista tanto fiscal quanto monetário, ainda que tenham sido mantidas as políticas sociais e de valorização do salário mínimo. De acordo com Serrano e Summa (2012), a rápida redução do crescimento do PIB a partir de 2011 — o crescimento acumulado em 12 meses vai de 7,5% em 2011 para 1,8% no primeiro trimestre de 2012 — e

⁴ O crédito ao consumo passou a ser regido por uma nova lógica, composta de elevação dos prazos, queda dos juros nominais e modificações institucionais, de tal maneira que, se, em 1995, era da ordem de 33,7% do PIB, em 2008, se situava no nível de 41,8% do PIB.

do crescimento da produção industrial — de 10,56% em 2010 para 2,59% em 2011 — encontra explicações tanto no cenário externo quanto nas decisões de política econômica interna. Do ponto de vista externo, a desigual recuperação da crise de 2008 das diferentes economias, em especial dos países mais avançados, teve importante impacto na queda das exportações nacionais. No entanto, e mais importante, foi o direcionamento da política econômica, em especial das políticas monetária e fiscal. Quanto à política monetária, iniciou-se, nesse período, um ciclo de elevação das taxas de juros, com algumas oscilações, e de restrição de crédito ao consumidor, com base nas chamadas medidas macroprudenciais⁵. Quanto à política fiscal, o Governo implementou um forte ajuste fiscal, com o objetivo de aumentar o superávit primário, com redução dos gastos públicos⁶ — dentre eles, os investimentos em administração pública e os realizados pelas empresas estatais —, o que resultou numa rápida redução do ritmo de crescimento do consumo privado. Tais medidas levaram a uma gradual perda da dinâmica econômica, especialmente quando comparada à do período anterior, com fortes reflexos não só na criação de postos de trabalho, mas também nas condições gerais de emprego. É a partir desse debate que se passa à análise dos dados referentes ao emprego e desemprego nas regiões metropolitanas selecionadas.

Os dados da Tabela 1 permitem visualizar que, para o período analisado, houve praticamente uma manutenção da população economicamente ativa, ao passo que a população em idade ativa apresentou um pequeno crescimento. No entanto, esse comportamento não foi padronizado ao longo dos anos. Como pode ser observado, ambos apresentaram crescimento até o ano de 2012, a partir do qual passaram a apresentar queda até praticamente os níveis de 2004. Enquanto a explicação para o comportamento da PIA está na dinâmica de crescimento populacional — uma vez que se trata da população com idade mínima para o trabalho —, o comportamento da PEA pode ser explicado pelo período de crescimento econômico e, em consequência, do emprego, que pode ter levado um número maior de indivíduos ao mercado de trabalho, ou seja, um número maior de indivíduos procurando emprego. A queda da PEA, a partir de 2012, pode ser explicada por um conjunto de fatores, um deles, pela resposta da retração da PIA. De acordo com o relatório do IPEA (CARTA..., 2014), as mudanças demográficas que vêm ocorrendo no País, com uma queda da taxa de fecundidade de 2,9 filhos/mulher em 1991 para 1,6 filhos/mulher em 2013, provo-

⁵ A respeito do debate sobre as medidas macroprudenciais, ver Prates e Cunha (2012).

⁶ Os gastos em consumo do Governo, que cresceram, em média, 5,8% ao ano, no período 2004-10, e que haviam crescido 7,2% em 2010, cresceram apenas 0,4% no ano de 2011. Para mais informações, ver Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2012).

cam a tendência de que um contingente menor de pessoas entre no mercado de trabalho. No entanto, é a menor participação dos jovens no mercado de trabalho, que tem importante peso na redução da PEA, a qual pode ser explicada tanto pelo desalento — o arrefecimento no ritmo de criação de vagas e a percepção de que a pouca experiência pode restringir as chances de obter uma colocação no mercado de trabalho — quanto pela melhoria na distribuição de renda e pelo maior acesso ao ensino superior, que retarda a entrada dos jovens no mercado de trabalho. No entanto, é preciso apontar que o início da fase de crescimento moderado da economia brasileira teve impactos importantes nas perspectivas de emprego, o que pode ter causado uma redução de número de pessoas procurando emprego.

Tabela 1

População Economicamente Ativa (PEA) e População em Idade Ativa (PIA) — 2004-14

(1.000 pessoas)

ANOS	PEA	ÍNDICE PEA	PIA	ÍNDICE PIA
2004	18.348	100	29.818	100
2005	18.495	101	30.299	102
2006	18.691	102	30.760	103
2007	19.005	104	31.238	105
2008	19.544	107	31.722	106
2009	21.367	116	35.167	118
2010	21.675	118	35.702	120
2011	21.677	118	36.163	121
2012	22.126	121	36.590	123
2013	20.754	113	34.644	116
2014	18.380	100	30.699	103

FONTE DOS DADOS BRUTOS: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Sistema PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego**. 2015. Disponível em: <www.dieese.org.br>. Acesso em: fev. 2015.

NOTA: 1. Para a Região Metropolitana de Fortaleza, dados a partir de 2009; para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, dados até 2013; e para o Distrito Federal, dados até 2012.

2. Com a divulgação dos dados definitivos do **Censo Demográfico 2010**, pelo IBGE, foram ajustadas as projeções populacionais.

3. A base dos índices da PEA e da PIA refere-se a 2004 = 100.

O descompasso entre os comportamentos da PEA e da PIA ao longo do período provocou uma dinâmica de permanente crescimento e queda da taxa de participação ao longo do período, de modo que, em 2014, se apresentasse uma taxa menor que a verificada em 2004. Assumindo a taxa de participação como uma *proxy* da oferta de mão de obra na economia, as

informações da Tabela 2 permitem apontar uma relativa redução das pressões sobre o mercado de trabalho, uma vez que, aparentemente, um número menor de pessoas com idade mínima para o trabalho estavam efetivamente ocupadas ou procurando um emprego. Assim como para o caso da PEA, o comportamento da taxa de participação pode ser explicado, de maneira mais clara, pela desagregação por faixa etária, quando se percebe que sua trajetória de desaceleração ocorre, de forma distinta, para os diversos segmentos. Observando os dados da Tabela 3, na comparação dos anos 2009 e 2014, enquanto a taxa de participação total recuou 1,1%, a taxa entre os jovens de 18 a 24 anos recuou 3,2%, sendo a que apresentou a maior redução entre todas as faixas consideradas.

Tabela 2

Taxa de participação no mercado de trabalho, no Brasil — 2004-14

ANOS	TAXA DE PARTICIPAÇÃO
2004	61,5
2005	61,0
2006	60,8
2007	60,8
2008	61,6
2009	60,8
2010	60,7
2011	59,9
2012	60,5
2013	59,9
2014	59,9

FONTE DOS DADOS BRUTOS: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Sistema PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego**. 2015. Disponível em: <www.dieese.org.br>. Acesso em: fev. 2015.

NOTA: 1. Para a Região Metropolitana de Fortaleza, dados a partir de 2009; para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, dados até 2013; e para o Distrito Federal, dados até 2012.

2. Com a divulgação dos dados definitivos do **Censo Demográfico 2010**, pelo IBGE, foram ajustadas as projeções populacionais.

O comportamento dos ocupados seguiu tendência similar ao verificado pela população economicamente ativa. Como pode ser observado pelos dados apresentados na Tabela 4, o número de ocupados cresceu até o ano de 2012, tendo apresentado taxa de crescimento de, aproximadamente, 34,2%. Esse crescimento no período considerado, por razões similares ao crescimento da PEA, responde aos reflexos do período de crescimento da

atividade econômica e do emprego, assim como a queda, a partir desse período, reflete o início do período de desaceleração econômica. No entanto, mesmo com essa desaceleração a partir de 2012, o número de ocupados, em 2014, era superior ao verificado em 2004, apresentando uma taxa de crescimento de 11,14%. Ainda que ambos tenham apresentado tendências similares, quando se comparam os índices da PEA e o dos ocupados, percebem-se dois comportamentos: de um lado, o crescimento mais expressivo dos ocupados no período 2004-12; de outro, uma desaceleração menos intensa dos ocupados entre 2012 e 2014. Essa dinâmica explica o crescimento da taxa de ocupação para todo o período — que passa de 80,4 para 89,2 —, apontando que, mesmo a desaceleração da ocupação, nos dois últimos anos do período analisado, foi mais que compensada pelo baixo dinamismo no ritmo de expansão da PEA. Se se tomar a taxa de ocupação como uma *proxy* da demanda por mão de obra na economia e se cruzá-la com os dados da taxa de participação, reforça-se o argumento de uma possível redução das pressões sobre o mercado de trabalho, uma vez que se percebe não apenas a redução da oferta de mão de obra, mas também uma expansão da demanda por mão de obra.

Tabela 3

Taxa percentual de participação no mercado de trabalho, por faixas etárias, no Brasil — 2009-14

ANOS	DE 10 A 14 ANOS	DE 15 A 17 ANOS	DE 18 A 24 ANOS	DE 25 A 49 ANOS	MAIS DE 50 ANOS	TOTAL
2009	-0,26	-2,72	-0,84	0,14	0,28	-0,31
2010	-0,10	-0,12	0,22	0,82	0,56	0,41
2011	-0,01	0,79	-0,51	0,12	0,08	-0,02
2012	-0,10	-0,37	-0,15	0,52	0,15	0,27
2013	-0,15	-0,55	-1,62	0,17	-0,02	-0,26
2014 (1)	0,10	-2,40	-3,20	-0,10	-1,20	-1,14

FONTE: IPEA (CARTA..., 2014).

(1) Dados de janeiro, em relação a janeiro de 2013.

De toda forma, mais importante que apontar o crescimento da ocupação nesse período é apontar que tal crescimento se deu, preponderantemente, em setores e atividades formais. Como pode ser observado pelos dados das Tabelas 5 e 6, houve importante crescimento do total de assalariados como proporção dos ocupados — que passou de 62,69% para 69,67% —, sendo esse um reflexo preponderante do crescimento dos assalariados do setor privado, uma vez que se observou queda de pouco mais de 2% dos assalariados do setor público. Em relação aos assalaria-

dos do setor privado, percebe-se importante crescimento daqueles com carteira assinada, ao mesmo tempo em que houve queda dos empregados sem carteira assinada. Por outro lado, o segmento dos autônomos, empregadas domésticas e outros apresentou redução durante todo o período. Tais tendências podem ser explicadas pela expansão dos empregos formais durante o período, mesmo nos anos de desaceleração econômica, condição convergente com o período de crescimento econômico e com os diversos incentivos dados pelo Governo Federal e pelos governos estaduais para a expansão do emprego formal, dentre os quais as facilidades para a formalização de empresas e trabalhadores e o papel de fiscalização cumprido tanto pelo Ministério do Trabalho quanto pela Justiça do Trabalho.

Tabela 4

Estimativa do número de ocupados, índice de ocupação e taxa de ocupação, no mercado de trabalho no Brasil — 2004-14

(1.000 pessoas)

ANOS	OCUPADOS	ÍNDICE DE OCUPAÇÃO	TAXA DE OCUPAÇÃO
2004	14.748	100	80,4
2005	15.187	103	82,1
2006	15.559	105	83,2
2007	16.057	109	84,5
2008	16.791	114	85,9
2009	18.381	125	86,0
2010	19.105	130	88,1
2011	19.413	132	89,6
2012	19.797	134	89,5
2013	18.606	126	89,7
2014	16.392	111	89,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Sistema PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego**. 2015. Disponível em: <www.dieese.org.br>. Acesso em: fev. 2015.

NOTA: 1. Para a Região Metropolitana de Fortaleza, dados a partir de 2009; para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, dados até 2013; e para o Distrito Federal, dados até 2012.

2. Com a divulgação dos dados definitivos do **Censo Demográfico 2010**, pelo IBGE, foram ajustadas as projeções populacionais.

3. O índice de ocupação tem como base 2004 = 100.

Tabela 5

Estimativa do número de ocupados, por posição na ocupação, no mercado de trabalho, no Brasil — 2004-14

(1.000 pessoas)

ANOS	TOTAL	ASSALARIADOS					AUTÔNOMOS	EMPREGADOS DOMÉSTICOS	OUTROS (1)
		Total	Setor Público	Total do Setor Público	Setor Privado com Carteira	Setor Privado sem Carteira			
2004	14.748	9.245	1.670	7.582	5.774	1.807	2.948	1.292	1.263
2005	15.187	9.678	1.650	8.027	6.197	1.830	2.966	1.306	1.237
2006	15.559	10.132	1.751	8.381	6.528	1.853	2.917	1.296	1.214
2007	16.057	10.536	1.754	8.772	6.946	1.826	2.980	1.313	1.228
2008	16.791	11.252	1.817	9.425	7.520	1.905	3.000	1.296	1.243
2009	18.381	12.210	1.966	10.241	8.305	1.936	3.409	1.460	1.302
2010	19.105	12.974	2.047	10.926	9.007	1.919	3.383	1.395	1.353
2011	19.413	13.365	2.054	11.301	9.481	1.820	3.332	1.369	1.347
2012	19.797	13.661	2.038	11.631	9.871	1.760	3.364	1.378	1.394
2013	18.606	12.879	1.748	11.131	9.580	1.553	3.224	1.231	1.272
2014	16.392	11.404	1.473	9.931	8.552	1.379	2.805	1.072	1.111

FONTE DOS DADOS BRUTOS: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Sistema PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego**. 2015. Disponível em: <www.dieese.org.br>. Acesso em: fev. 2015.

NOTA: 1. Para a Região Metropolitana de Fortaleza, dados a partir de 2009; para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, dados até 2013; e para o Distrito Federal, dados até 2012.

2. Com a divulgação dos dados definitivos do **Censo Demográfico 2010**, pelo IBGE, foram ajustadas as projeções populacionais.

(1) Inclui donos de negócio familiar, profissionais universitários autônomos, trabalhadores familiares sem remuneração salarial, etc.

As Tabelas 7 e 8 apresentam as informações relativas ao desemprego, por tipo de desemprego. Tal como pontuado na metodologia, a noção de desemprego adotada considera não apenas aqueles que estão desempregados à procura de trabalho — que compõem o grupo do desemprego aberto, noção similar à da estatística oficial utilizada nas análises do mercado de trabalho —, mas também o conjunto de pessoas que realizam trabalhos precários e trabalhos não remunerados em ajuda a negócios familiares e também aqueles que não estão à procura de trabalho pela perda de perspectiva — que compõem o grupo do desemprego oculto. Aqui, portanto, trabalha-se com uma noção ampliada de desemprego. De acordo com as informações, houve queda no desemprego total, no período, que passou de 19,6% para 10,8%, reflexo da queda tanto no desemprego aberto quanto no oculto. A queda foi mais intensa no desemprego oculto, com redução de 918.000 pessoas, ou 5% do total, enquanto a queda no desemprego aberto foi de 693.000 pessoas, ou 3,8%. A tendência de de-

clínio foi praticamente contínua para todo o período, com exceção de 2009 e 2012 para o desemprego aberto e de 2009 para o desemprego oculto. Esse comportamento, em síntese, é convergente com o comportamento das outras variáveis analisadas, mostrando que o período de crescimento econômico verificado até 2012 conseguiu manter uma dinâmica de manutenção de baixas taxas de desemprego, levando em conta que os reflexos desse período continuam a se refletir em momentos posteriores. No entanto, é importante apontar a elevação de todas as taxas de desemprego a partir do ano de 2013, ainda que esse aumento tenha sido baixo para todas elas.

Tabela 6

Percentual da distribuição dos ocupados, por posição na ocupação, no mercado de trabalho, no Brasil — 2004-14

ANOS	TOTAL	ASSALARIADOS					AUTÔNOMOS	EMPREGADOS DOMÉSTICOS	OUTROS (1)
		Total	Setor Público	Total do Setor Público	Setor Privado com Carteira	Setor Privado sem Carteira			
2004	100	62,69	11,32	51,41	39,15	12,25	19,99	8,76	8,56
2005	100	63,73	10,86	52,85	40,80	12,05	19,53	8,60	8,15
2006	100	65,12	11,25	53,87	41,96	11,91	18,75	8,33	7,80
2007	100	65,62	10,92	54,63	43,26	11,37	18,56	8,18	7,65
2008	100	67,01	10,82	56,13	44,79	11,35	17,87	7,72	7,40
2009	100	66,43	10,70	55,72	45,18	10,53	18,55	7,94	7,08
2010	100	67,91	10,71	57,19	47,14	10,04	17,71	7,30	7,08
2011	100	68,85	10,58	58,21	48,84	9,38	17,16	7,05	6,94
2012	100	69,01	10,29	58,75	49,86	8,89	16,99	6,96	7,04
2013	100	69,22	9,39	59,82	51,49	8,35	17,33	6,62	6,84
2014	100	69,57	8,99	60,58	52,17	8,41	17,11	6,54	6,78

FONTE DOS DADOS BRUTOS: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Sistema PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego**. 2015. Disponível em: <www.dieese.org.br>. Acesso em: fev. 2015.

NOTA: 1. Para a Região Metropolitana de Fortaleza, dados a partir de 2009; para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, dados até 2013; e para o Distrito Federal, dados até 2012.

2. Com a divulgação dos dados definitivos do **Censo Demográfico 2010**, pelo IBGE, foram ajustadas as projeções populacionais.

(1) Inclui donos de negócio familiar, profissionais universitários autônomos, trabalhadores familiares sem remuneração salarial, etc.

Tabela 7

Estimativa do número de desempregados, por tipo de desemprego, no mercado de trabalho, no Brasil — 2004-14

(1.000 pessoas)

ANOS	ABERTO	OCULTO	TOTAL
2004	2.249	1.352	3.600
2005	2.080	1.230	3.308
2006	2.057	1.074	3.132
2007	1.997	953	2.947
2008	1.856	897	2.753
2009	2.070	917	2.986
2010	1.833	737	2.570
2011	1.713	551	2.264
2012	1.790	539	2.329
2013	1.679	469	2.148
2014	1.556	434	1.988

FONTE DOS DADOS BRUTOS: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Sistema PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego**. 2015. Disponível em: <www.dieese.org.br>. Acesso em: fev. 2015.

NOTA: 1. Para a Região Metropolitana de Fortaleza, dados a partir de 2009; para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, dados até 2013; e para o Distrito Federal, dados até 2012.

2. Com a divulgação dos dados definitivos do **Censo Demográfico 2010**, pelo IBGE, foram ajustadas as projeções populacionais.

Tabela 8

Percentual da taxa de desemprego, por tipo, no mercado de trabalho, no Brasil — 2004-14

ANOS	ABERTO	OCULTO	TOTAL
2004	12,3	7,4	19,6
2005	11,2	6,7	17,9
2006	11,0	5,7	16,8
2007	10,5	5,0	15,5
2008	9,5	4,6	14,1
2009	9,7	4,3	14,0
2010	8,5	3,4	11,9
2011	7,9	2,5	10,4
2012	8,1	2,4	10,5
2013	8,1	2,3	10,3
2014	8,5	2,4	10,8

FONTE DOS DADOS BRUTOS: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Sistema PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego**. 2015. Disponível em: <www.dieese.org.br>. Acesso em: fev. 2015.

NOTA: 1. Para a Região Metropolitana de Fortaleza, dados a partir de 2009; para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, dados até 2013; e para o Distrito Federal, dados até 2012.

2. Com a divulgação dos dados definitivos do **Censo Demográfico 2010**, pelo IBGE, foram ajustadas as projeções populacionais.

Tabela 9

Estimativa do desemprego oculto, por tipo de desemprego, no mercado de trabalho,
no Brasil — 2004-14

(1.000 pessoas)

ANOS	TRABALHO PRECÁRIO	DESALENTO	TOTAL
2004	904,86	437,82	1.352,67
2005	838,63	380,45	1.227,97
2006	721,12	351,24	1.073,60
2007	651,13	302,08	951,93
2008	606,44	290,22	896,67
2009	592,36	312,71	915,65
2010	489,23	249,58	738,80
2011	360,07	189,35	551,81
2012	361,03	163,59	537,89
2013	320,73	137,92	469,87
2014	311,42	121,75	435,02

FONTE DOS DADOS BRUTOS: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Sistema PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego**. 2015. Disponível em: <www.dieese.org.br>. Acesso em: fev. 2015.

NOTA: 1. Para a Região Metropolitana de Fortaleza, dados a partir de 2009; para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, dados até 2013; e para o Distrito Federal, dados até 2012.

2. Com a divulgação dos dados definitivos do **Censo Demográfico 2010**, pelo IBGE, foram ajustadas as projeções populacionais.

Os dados das Tabelas 9 e 10 mostram o comportamento do desemprego oculto, discriminado em oculto pelo trabalho precário e oculto pelo desalento. A análise nos permite verificar que a queda do desemprego oculto se deu pela redução do número de desempregados nos dois critérios, que foi mais intensa no trabalho precário — com redução de 593.440 pessoas, representando queda de 3,2% — que no desalento — redução de 316.070, ou 1,7%. Esse comportamento pode encontrar explicação não apenas na expansão das oportunidades de emprego, mas também no aumento da criação de vagas no setor formal, o qual tem impacto substancial na redução das formas de trabalho precário. No mesmo sentido, a expansão do acesso tanto à educação — especialmente no caso do ensino superior — quanto de formas de cursos profissionalizantes podem, de alguma forma, explicar a redução do desemprego por desalento, uma vez que apontam para melhores perspectivas de se encontrar uma vaga no mercado de trabalho.

Tabela 10

Percentual da taxa de desemprego oculto, por tipo de desemprego, no mercado de trabalho, no Brasil — 2004-14

ANOS	TRABALHO PRECÁRIO	DESALENTO	TOTAL
2004	4,9	2,4	7,4
2005	4,6	2,1	6,6
2006	3,9	1,9	5,7
2007	3,5	1,6	5,0
2008	3,3	1,6	4,6
2009	3,2	1,7	4,3
2010	2,7	1,4	3,4
2011	2,0	1,0	2,5
2012	2,0	0,9	2,4
2013	1,7	0,8	2,3
2014	1,7	0,7	2,4

FONTE DOS DADOS BRUTOS: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Sistema PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego**. 2015. Disponível em: <www.dieese.org.br>. Acesso em: fev. 2015.

NOTA: 1. Para a Região Metropolitana de Fortaleza, dados a partir de 2009; para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, dados até 2013; e para o Distrito Federal, dados até 2012.

2. Com a divulgação dos dados definitivos do **Censo Demográfico 2010**, pelo IBGE, foram ajustadas as projeções populacionais.

Apresentadas essas informações, passa-se à análise de como essa visão ampliada de desemprego pode oferecer elementos e aspectos para se repensar a questão do trabalho no Brasil, à luz da teoria da marginalidade.

3 Considerações finais

Na seção anterior, realizou-se a análise das informações referentes ao mercado de trabalho nas regiões metropolitanas consideradas, no período 2004-14. Dessa análise, ressaltam-se as seguintes conclusões: i) a redução da taxa de participação e o aumento da taxa de ocupação, indicando que um número menor de pessoas com idade mínima para o trabalho passou a ofertar sua mão de obra no mercado de trabalho (ou seja, passaram a procurar emprego) e que, desse conjunto, um número maior conseguiu encontrar trabalho, de modo que houve redução da pressão no mercado de trabalho; ii) a ampliação da ocupação deu-se prioritariamente por conta do aumento dos assalariados no setor privado com carteira assinada, ao passo que o número de ocupados do setor privado, bem como os assalariados do setor privado sem carteira assinada, apresentaram redução; iii) o número de ocupados trabalhando como autônomos, empregadas domésticas e

outros tipos de ocupação sofreu redução, indicando uma queda do número de trabalhadores em ocupações precárias; e iv) por fim, o desemprego apresentou importante queda em todas as suas categorias, acompanhando a tendência de aumento das ocupações. A partir desses resultados, pode-se apontar que, no geral, houve melhorias no mercado de trabalho, não apenas do ponto de vista do aumento das ocupações e da redução do desemprego, mas também pela expansão das ocupações formais e pela queda das ocupações que podem ser consideradas precárias.

Apesar desses resultados, cumpre, a partir dos objetivos da pesquisa, chamar atenção para a análise específica dos dados sobre o desemprego. O que se pretende destacar é a forma como esses dados têm sido apropriados, ao longo dos últimos anos, para apontar melhorias gerais sobre as condições econômicas, sem que seja dada a devida atenção para os aspectos que estão por detrás desse índice. De fato, como foi mostrado na análise realizada, houve uma redução do desemprego ao longo dos últimos 10 anos, mas assumir unicamente essas informações para conclusões gerais esconde elementos importantes sobre as condições de trabalho. Por isso, levantam-se dois elementos que, da perspectiva aqui adotada, precisavam ser levados em conta.

Em primeiro lugar, o fato de que apenas o desemprego aberto seja considerado para a divulgação de informações sobre o conjunto da população que se encontra desocupada, porém em busca de trabalho. Os dados analisados neste trabalho mostram que, apesar da redução do desemprego ao longo dos últimos anos, sua taxa está bem acima daquela oficialmente considerada — ou seja, é maior que as taxas de 12,3% e 8,5% apontadas pelo desemprego aberto. Desse modo, há um conjunto expressivo de trabalhadores, que, em 2014, representavam por volta de 435 mil pessoas, que está vinculado a atividades extremamente precárias, muitas delas marcadas por instabilidade, elevada rotatividade, baixos salários e nenhum tipo de auxílio legal. Ainda dentro desse grupo, um conjunto de trabalhadores cujas perspectivas em relação ao mercado de trabalho são tão baixas que optam por não mais procurar trabalho. São, portanto, esses trabalhadores que se encontram nas situações mais problemáticas de desemprego — mas que, no entanto, têm sido oficialmente ignorados pelas estatísticas oficiais. São essas as razões que fazem com que se adotem os dados do desemprego oculto como foco dessa análise, como forma de apontar o fato de que, mesmo numa tendência contínua de queda ao longo dos últimos 10 anos, a parcela desses trabalhadores ainda é elevada e relevante, e, por tais motivos, as políticas públicas para o desemprego dever-se-iam voltar, de maneira mais preponderante, para essa faixa dos desempregados.

Em segundo lugar, cumpre destacar que o simples fato de as ocupações apresentarem elevação não releva informações amplas a respeito do tipo de ocupação. De fato, os dados mostraram que houve um crescimento das ocupações formais, cuja característica central é o fato de serem cobertas pela legislação do trabalho. No entanto, é fato notório que a desregulamentação e a flexibilização do trabalho, revestidas pela roupagem da emergência de um trabalhador mais flexível e adaptado a várias tarefas, têm tido importantes impactos em termos da precarização do trabalho. O que se observa, através da expansão dos trabalhadores “pessoa jurídica”, dos trabalhadores contratados no formato “CLT flex” — quando a remuneração registrada em carteira é inferior à efetivamente paga ao trabalhador — e dos esquemas de trabalho por meta, para citar apenas três casos, é que, na realidade, tornam as condições de trabalho mais precárias e menos favoráveis ao trabalhador, com impactos relevantes sobre a subjetividade, sobre a saúde, sobre a segurança e sobre a seguridade desse trabalhador. Assim, importa não apenas olhar para os dados da ocupação em si, mas para os tipos de trabalho que têm surgido ao longo dos últimos anos.

Tais são os aspectos que, da perspectiva teórica, são levantados pela teoria da marginalidade. Ou seja, a necessidade que se lance um olhar amplo sobre o mercado de trabalho, para que se possa ter uma compreensão não apenas dos trabalhadores desocupados que estão à procura de trabalho — para os quais importa a implantação de políticas, a fim de incluí-los no mercado de trabalho —, mas, especialmente, sobre o conjunto de trabalhadores à margem do sistema produtivo, vinculados a atividades instáveis e extremamente precárias, e que se desdobram, diariamente, na tentativa de garantir suas condições de reprodução. Trabalhadores que são ignorados não apenas pelas estatísticas oficiais, mas, especialmente, pelas políticas públicas e que estão à mercê das possibilidades de trabalho marginais que surgem e que, muitas vezes, são as únicas garantias para que tais trabalhadores possam, mesmo de maneira precária, participar da forma de organização social consolidada pelo sistema capitalista de produção.

Referências

BALTAR, P. *et al.* **Moving towards decent work. Labour in the Lula government: reflections on recent brazilian experience.** Berlin: Global Labour University, 2010. (Working Paper, n. 9).

BALTAR, P.; PRONI, M. Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. In: OLIVEIRA, C. A. B.; MATTOSO, J. (Org.). **Crise e trabalho no Brasil**: modernidade ou volta ao passado. São Paulo: Scritta, 1996. p. 109-150.

BASTOS, P. P. Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. especial, p. 779-810, dez. 2012.

CARTA DE CONJUNTURA. Brasília, DF: IPEA, n. 22, mar. 2014. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc22_completa.pdf>. Acesso em: mar. 2015.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Sistema PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego**. 2015. Disponível em: <www.dieese.org.br>. Acesso em: fev. 2015.

DUARTE, P. H. E. Economia política do trabalho no capitalismo dependente: apontamentos sobre a marginalidade social e a superexploração da força de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 20., 2015, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: Universidade Federal da Integração Latino-Americana, 2015. Disponível em: <www.sep.org.br>. Acesso em: jul. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Panorama de política fiscal**. Brasília, DF, 2012.

MARX, K. **Grundrisse - Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

NUN, J. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. In: MARINI, R. M.; MILLÁN, M. (Coord.). **La teoría de la dependencia**. México, D.F.: El Caballito, 1996. (La teoría social latinoamericana, v. 2).

NUN, J. Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal. In: PEREIRA, L. (Org.). **Populações marginais**. São Paulo: Duas Cidades, 1978. (Coleção História e Sociedade). p. 73-141.

PRATES, D. M.; CUNHA, A. M. Medidas macroprudenciais e a evolução do crédito em 2011. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 117-128, 2012.

QUIJANO, A. Notas sobre o conceito de marginalidade social. In: PEREIRA, L. (Org.). **Populações marginais**. São Paulo: Duas Cidades, 1978. (Coleção História e Sociedade). p. 11-71.

QUIJANO, A. **Polo marginal de la economía y mano de obra marginalizada**. Lima: Universidad Católica, 2000.

SERRANO, F.; SUMMA, R. A desaceleração rudimentar da economia brasileira desde 2011. **Revista Oikos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 166-202, 2012.

TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. especial, p. 909-941, dez. 2012.

